

O ensaio de um novo ‘Me Too’, agora a favor do aborto

Com a aprovação de uma restritiva lei contra o aborto no Alabama, mulheres que já abortaram tentam estimular uma nova mobilização em redes sociais

(El País, 20/05/2019 - acesse no site de origem)

Na noite da última [terça-feira, o Senado do Estado do Alabama](#), nos Estados Unidos, aprovou uma lei contra o aborto que só deixa uma brecha: se a vida da mãe estiver em perigo. Nessa mesma madrugada, a conhecida atriz e apresentadora de televisão Busy Philipps (Oak Park, Illinois, 1979) publicou no Twitter: “Uma em cada 4 mulheres abortaram. Muitas pessoas pensam que não conhecem alguém que o tenha feito, mas [#youknowme](#) [você me conhece]. Então façamos o seguinte: se você também é uma dessas quatro, compartilhe e vamos começar a acabar com a vergonha. Use [#youknowme](#) e compartilhe sua verdade”.

1 in 4 women have had an abortion. Many people think they don't know someone who has, but [#youknowme](#). So let's do this: if you are also the 1 in 4, let's share it and start to end the shame. Use [#youknowme](#) and share your truth.

— Busy Philipps (@BusyPhilipps) [15 de maio de 2019](#)

Assim, com 218 caracteres, começou o ensaio de um novo *Me Too*, desta vez a favor do aborto. Em pouco mais de 24 horas teve mais de 8.900 mensagens reencaminhadas, mais de 44.700 *likes* e mais de 2.000 respostas. A publicação no Twitter de Philipps, que na semana passada falou na televisão sobre sua experiência, foi o começo de uma sequência de declarações em várias redes sociais de mulheres anônimas e conhecidas e reconhecidas em suas áreas que também já têm milhares de respostas, compartilhamentos e *likes*.

Entre elas Milla Jovovich, que escreveu no Instagram sobre sua própria experiência com um parto prematuro que terminou sendo um aborto de emergência há dois anos: “Foi uma das experiências mais horríveis pelas quais precisei passar. Ainda tenho pesadelos”. Ela afirma em uma longa postagem que nunca quis falar daquilo, mas que a situação atual não lhe permite “permanecer em silêncio quando há tanto em jogo”: “Precisamos lutar para assegurar que nossos direitos sejam mantidos, para obter um aborto seguro caso seja necessário”.

Lady Gaga também participou, publicando uma imagem com um texto em que fala de “indignação”: “Tão atroz que exclui as que foram estupradas e sofreram incesto com ou sem consentimento. Há, portanto, uma pena mais alta para o médico que realiza essas operações do que para a maioria dos estupradores? Isso é uma farsa e rezo por todas essas mulheres e jovens que sofrerão graças a esse sistema”. E a primeira publicação no Twitter feita pela democrata Hillary Clinton sobre o assunto já foi respondida por mais de 9.000 pessoas. “[As proibições do aborto no Alabama, Geórgia](#), Ohio, Kentucky e Mississipi são ataques atroz contra a vida das mulheres e as liberdades fundamentais. Os direitos das mulheres são direitos humanos. Não iremos retroceder”.

Nos últimos tempos, 16 Estados norte-americanos aprovaram e estão trabalhando em legislações que pressionam o aborto, um direito constitucional protegido pela emenda 14 da Carta Magna que os Estados Unidos conseguiram blindar após a sentença conhecida como Roe versus Wade em 1973. Decisões como a do Alabama - que espreme o direito até proibi-lo em qualquer etapa da gestação, incluindo se houve incesto e estupro, e penaliza com até 99 anos de prisão o médico que o praticar -, voltam [a levantar as mulheres norte-americanas](#).

No Brasil, [um lobby anti-aborto se fortaleceu nos últimos tempos](#), e ganhou terreno fértil com a mudança de Governo. Um grupo organizado de parlamentares tenta influenciar 35 projetos sobre direitos sexuais e reprodutivos que tramitam no Congresso. Um deles tenta reavivar a chamada PEC da Vida, que pretende retroceder dos direito das brasileiras abortarem em caso de estupro, má formação do feto e risco de vida às mães.

[Em 15 de outubro de 2017, às 22h21, essas mesmas mulheres](#) começaram a republicar e torná-la sua a publicação no Twitter da atriz Alyssa Milano que iniciou o movimento *Me Too*: “Se você também sofreu agressão sexual e foi assediada escreva ‘eu também’ como resposta a essa publicação”. Ela respondeu a si mesma e outras 65.000 pessoas também o fizeram, quase todas mulheres.

No Brasil, [um lobby anti-aborto se fortaleceu nos últimos tempos](#), e ganhou terreno fértil com a mudança de Governo. Um grupo organizado de parlamentares tenta influenciar 35 projetos sobre direitos sexuais e reprodutivos que tramitam no Congresso. Um deles tenta reavivar a chamada PEC da Vida, que pretende retroceder dos direito das brasileiras abortarem em caso de estupro, má formação do feto e risco de vida às mães.

[Em 15 de outubro de 2017, às 22h21, essas mesmas mulheres](#) começaram a republicar e torná-la sua a publicação no Twitter da atriz Alyssa Milano que iniciou o movimento *Me Too*: “Se você também sofreu agressão sexual e foi assediada escreva ‘eu também’ como resposta a essa publicação”. Ela respondeu a si mesma e outras 65.000 pessoas também o fizeram, quase todas mulheres.

[Assédio: quando a violência contra a mulher não é apenas ficção, por Gabriella Bertoni](#)

Nos últimos meses, o mundo do cinema se voltou para um tema há muito tempo velado: a violência contra a mulher. Em outubro do ano passado, várias atrizes se uniram em protesto após denúncias de assédio sexual cometido pelo produtor Harvey Weinstein. Com a #Metoo (Eu também), as intérpretes participaram do Globo de Ouro com vestidos pretos, em sinal de luto pelo o que acontece na indústria cinematográfica.

[\(Finanças Femininas, 20/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No início de fevereiro, a atriz Uma Thurman disse ter sofrido assédio sexual por parte de Weinstein, após a estreia de “Pulp Fiction: tempo de violência” (1994), de Quentin Tarantino. Em entrevista ao jornal [The New York Times](#), a atriz narrou o acontecido. “Ele me empurrou para baixo. Tentou se enroscar em mim. Tentou se expor. Fez várias coisas desagradáveis, mas, na realidade, não me obrigou a nada. Foi mais como se eu fosse um animal se contorcendo para sair dali. Como uma lagartixa”, disse.

Antes disso, Weinstein já teria tentado assediá-la, ao vestir um roupão de banho durante uma reunião sobre um projeto, dentro de um quarto de hotel, em Paris. Ela teria tentado marcar um encontro com produtor para conversar sobre o incidente, e, após uma discussão, ele a ameaçou: “Você vai perder sua carreira, reputação e família.” Weinstein admitiu, em nota ao jornal *The Hollywood Reporter*, ter feito avanços sexuais sobre a atriz, mas disse não tê-la assediado fisicamente.

Os protestos se repetiram na premiação do Bafta, o Oscar britânico, na noite deste domingo (18/02). Com vestidos pretos e broches com os dizeres ‘Time’s up’ (Acabou o tempo), atrizes como Angelina Jolie, Jennifer Lawrence e Lupita Nyong’o se expressaram contra o assédio sexual sofrido nos bastidores das gravações dos longas-metragens.

Assédio sentido na pele

Há sete anos no meio cinematográfico, a videoassist e assistente de câmera Bruna Duarte conta que já sofreu assédio moral e sexual. “Houve um caso em que foram as duas coisas em uma mesma situação. Abuso eu nunca sofri, mas conheço pessoas que sim, e a lista de histórias desses casos que eu já ouvi é bem longa.”

“A violência contra a mulher no cinema ainda é muito presente, infelizmente. Acredito que tem melhorado nos últimos anos, e já ouvi de algumas mulheres, que estão no mercado há mais tempo, coisas do tipo: ‘se vocês acham que está ruim agora, não fazem ideia de como era há 15, 20 anos’. E tenho certeza de que elas devem ter razão nisso, mas já ter sido pior pra elas não justifica continuar sendo ruim”, reforça.

“Caça às bruxas” e “Puritanismo”

Em entrevista ao jornal austríaco *Kurier*, o cineasta Michael Haneke, autor de filmes como *Violência Gratuita* (1997) e *Amor* (2012), tentou desmerecer o movimento #MeToo ao dizer que “se transformou em uma caça às bruxas”, que gera uma espécie de “puritanismo” e que acaba por prejudicar a criação. “Esse novo puritanismo me preocupa, impregnado de ódio aos homens, que nos deixa no rastro do movimento #MeToo”, declarou.

Porém, este movimento ao qual Haneke se refere, surgiu após notícias da destituição de Weinstein em sua própria empresa. O mesmo produtor que tentou atacar Uma Thurman teve diversas acusações de assédios sexuais supostamente cometidos durante anos, todos silenciados com dinheiro. Entre as vítimas, estão Mira Sovino, Ashley Judd, Gwyneth Paltrow e Angelina Jolie. A exposição do caso de Weinstein serviu para encorajar mais mulheres a exporem situações de violência vividas no cinema. Relatos graves, como o caso da atriz Maria Schneider no filme “Último Tango em Paris”, em que foi estuprada em cena pelo ator Marlon Brando, haviam sido denunciados no passado. No entanto, esse tipo de denúncia não era levada a sério como vem acontecendo agora - o que reforça a importância do engajamento ao movimento #MeToo.

Ter o cuidado para não reproduzir algumas práticas abusivas e se unir à luta contra a violência

faz parte do cotidiano de Bruna. “A gente tenta fazer nossa parte pra mudar a realidade. O assédio moral chega a ser entendido como algo ‘natural’ do meio, algo que ‘é assim mesmo às vezes’, e eu não gosto disso. E isso requer certo esforço pra você mesma não passar a achar natural e reproduzir com outras pessoas”, ressalta.

Mudanças também no cinema brasileiro

Durante a 21ª Mostra de Cinema de Tiradentes, celebrada no início de fevereiro, em Minas Gerais, 29 mulheres se reuniram para conversar sobre o protagonismo delas no mercado audiovisual brasileiro - mais especificamente nos festivais e na mostra citada. “(...) presenciamos, em mais de uma ocasião, o discurso machista sendo proferido de forma escancarada, ou de forma sutil, por homens em situação de poder, encarregados de ministrar oficinas ou de criticar e debater os filmes. O efeito mais tangível do machismo é a desconsideração da fala, a desqualificação das competências e habilidades e o desprezo pelo trabalho de nós, mulheres. Não basta termos voz. Precisamos ser escutadas e ter nosso mérito reconhecido”, diz a nota.

Para que ocorram mudanças sobre a desigualdade de gênero e raça/etnia, e com o objetivo de construir uma cultura de não violência contra as mulheres e de combate ao machismo, o grupo desenvolveu várias sugestões a serem empregadas nos festivais e mostras de cinema no Brasil. Entre elas, está promover um ambiente seguro para as mulheres, através de canais de denúncia de assédio e quaisquer tipos de violência. (Para conferir todo o manifesto completo, [clique aqui](#).)

[Vá em frente, #MeToo!, por Soledad Gallego-Díaz](#)

O importante é que os crimes de estupro e abuso ficam impunes em boa parte do mundo

[\(El País, 19/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Seria uma excelente notícia se o movimento de reivindicação feminista [#MeToo](#) continuasse de pé até a mudança de comportamentos muito difundidos entre a população masculina, que são um abuso contra o princípio democrático da [igualdade](#). E seria muito bom que os homens entendessem isso sem se escandalizarem tanto. O *MeToo* é um grande avanço democrático, não uma ameaça aos direitos civis. Por que tanta indignação? Alguns excessos podem acontecer? Certamente. Isso é bom? Não. Vamos tentar, juntos, evitá-los. Isso tira o valor do movimento de denúncia de comportamentos abusivos, mantidos em silêncio ou considerados inevitáveis? Absolutamente. Se o movimento *MeToo* conseguir acabar com esses comportamentos, teremos avançado na luta pelos [direitos humanos](#) e a igualdade.

O sensacionalismo consiste em distorcer a realidade, colocando a ênfase não no que é importante, mas em aspectos secundários que podem despertar mais emoções. O importante é que os crimes de [estupro](#) e [abuso sexual](#), que a maioria dos homens e mulheres considera

repugnantes, ficam, no entanto, impunes em grande parte do mundo, seja porque não são denunciados ou porque o sistema jurídico não lhes dá a devida atenção. O importante é que os sistemas jurídicos, mesmo em países avançados democraticamente, não prestam atenção suficiente ao [assédio sexual](#). Um homem que se masturba na frente de uma funcionária ou aluna, caso seja denunciado e provado, é punido na Espanha com uma multa de 400 euros (cerca de 1.606 reais) se o comportamento for “reiterado”. Um estudo das [Nações Unidas](#) feito com mulheres parlamentares de 39 países indica que 82% delas se sentiram assediadas sexualmente ao longo de suas carreiras. Uma em cada quatro mulheres que usam o transporte público em Washington sofre algum tipo de assédio sexual.

Portanto, o fato de que esses casos sejam denunciados e originem uma investigação policial obrigatória seria uma excelente prática democrática que deveria ser universalizada. Nenhum homem foi para a prisão exclusivamente por causa da acusação de uma mulher. São os juízes ou os jurados que mandam os criminosos para a prisão. O medo de que a denúncia de abusos sexuais acabe com a carreira de dezenas, centenas, milhares de homens talentosos e talvez apenas um pouco brutos, vítimas de mulheres ressentidas, é absurdo. Para começar, não há confusão alguma entre abusos e homens pouco sensíveis. Existe também em todo o mundo o crime de falsa denúncia, que na [Espanha](#) é punido com até dois anos de prisão. Finalmente, não é coincidência que a grande maioria dos homens denunciados pelo *MeToo* tenha reconhecido que teve esses comportamentos abusivos. Uma coisa é que estejam prescritos legalmente e outra que se pretenda que não provoquem rejeição social. Com que argumentos?

A exigência de favores sexuais em troca de manter o emprego, ajudar ou não paralisar a carreira profissional, recorrente no mundo do entretenimento, mas também no das empregadas domésticas, como lembrou a escritora [Beatriz Sarlo](#), no escritório ou na universidade, não é, de modo algum, uma forma de [prostituição](#), mas uma coação, que é uma grave violação do princípio democrático da igualdade. Não há violência, alega-se, e as mulheres podem dizer “não”. Acontece que, nesse caso, sacrificam suas carreiras, suas expectativas, sua vocação. Se não fizerem esse sacrifício são simplesmente um pouco putas? Isso é certamente o que muitos homens e até algumas mulheres pensam há séculos. Ousar dizer em uma democracia o que a maioria das pessoas pensa, mas cala, não é um ato de coragem (depende do que essa maioria pensa, não?) nem de exigência diante dos lugares-comuns, mas, precisamente, dar-lhe suporte.

[Me Too: entre a denúncia e a autonomia, por Juliana de Albuquerque](#)

De outubro do ano passado para cá, o movimento *Me Too* ganhou notoriedade e tem provocado verdadeira revolução entre mulheres que — formal ou informalmente — se identificam ou são identificadas como feministas. A corrente tomou corpo nas redes sociais depois das acusações de abuso sexual contra o produtor de cinema Harvey Weinstein. Mobilizou um sem-número de mulheres e de homens ao redor do mundo numa onda de debates sobre a violência sexual no ambiente profissional e atingiu o seu momento de maior visibilidade no início de Janeiro deste ano — durante a cerimônia de premiação do *Golden Globes* — quando as atrizes de Hollywood

se vestiram de preto em apoio ao *Time'sUp*: um grupo norte-americano de suporte às vítimas de assédio e abuso sexual dentro e fora da cidade cinematográfica.

[\(O Estado de S. Paulo, 30/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mas as opiniões sobre o *Me Too* não são unânimes. Desde dezembro do ano passado, logo após terem sido as suas protagonistas eleitas personalidades do ano pela revista *Time Magazine*, uma série de reações foi registrada contra o movimento; tanto pela imprensa quanto pelas redes sociais.

Em janeiro deste ano, a imprensa tradicional registrou três interessantes reações contra o movimento. Dentre elas, o artigo da escritora Margaret Atwood para o periódico *The Globe and Mail*; o protesto abaixo-assinado das artistas e intelectuais francesas em defesa da *liberdade de importunar dos homens* — encabeçada pela crítica de arte Catherine Millet e a atriz Catherine Deneuve— e, por último, o comentário da escritora feminista Germaine Greer ao jornal australiano *Sydney Herald*, pedindo para que as mulheres aprendessem a reagir “na chinha” contra as agressões e aos indesejados avanços masculinos.

Apesar de se utilizarem de argumentos distintos, essas mulheres evocam o ideal de agência e autonomia feminina; a exigir obediência ao princípio do devido processo legal em relação aos casos de assédio sexual. Elas expressam, com certa razão, o receio de que, apesar de chamar atenção de um grande público, iniciativas como o *Me Too* saiam de controle e se transformem numa verdadeira caça às bruxas; assim ameaçando a estabilidade das instituições políticas e jurídicas responsáveis por assegurar a universalidade dos direitos fundamentais. O que, por consequência, enfraqueceria as demandas por igualdade e o respeito geral às liberdades individuais.

No seu artigo para o *The Globe and Mail*, Margaret Atwood questiona se as ditas “boas feministas” seriam capazes de manter o equilíbrio e a imparcialidade durante a apreciação e o julgamento de casos de assédio sexual. Atwood, foi bastante criticada pelas feministas por ter assinado uma carta em defesa do professor Steven Galloway (UBC, Canada), acusado de estupro por uma ex-aluna; diz o seguinte: a ausência de *fair-mindedness* entre as boas feministas estaria alimentando a narrativa ancestral de que as mulheres seriam incapazes de razoabilidade. O que, segundo a escritora, daria motivos de sobra aos antifeministas de continuar negando a participação das mulheres nos processos decisórios em suas respectivas sociedades.

Para Atwood:

O *#MeToo* é um sintoma de um sistema jurídico falido. Frequentemente as queixas de abuso sexual não recebem um exame institucional justo, então as mulheres passaram a se utilizar de uma nova ferramenta [para obter justiça]: a internet. . . até agora o movimento mostrou-se bastante eficiente e foi reconhecido como um grito de alerta. Mas, quais serão os seus próximos passos? . . . Se o sistema legal for contornado por conta da sua ineficiência, o que tomará o seu lugar? Quem serão os novos mediadores do poder?

O texto de Margaret Atwood firma-se em relação a dois problemas bastante significativos. O primeiro deles, diz respeito a questão institucional e a carência de propostas razoáveis de grupos liberais (isto é, progressistas no sentido americano) para operar mudanças efetivas e garantir o acesso universal à justiça em casos de assédio e abuso sexual. O segundo, como mencionei antes, diz respeito ao problema da agência e da autonomia femininas.

Aos interessados no primeiro aspecto, indico a leitura de *Moral Clarity* (2008), da filósofa norte-americana Susan Neiman. Neste livro, Neiman relaciona o descrédito de movimentos liberais à falta de diversidade de referências intelectuais por parte das suas lideranças. Já no Brasil, visualizamos essa crise no uso e abuso de ideologias marxistas pelos movimentos sociais. Como se vivêssemos em um mundo carente de complexidade, onde todos nós sentíssemos e racionalizássemos sobre as vicissitudes da vida seguindo uma mesma cartilha.

Por isso, em seu livro, Susan Neiman propõe um retorno ao pensamento do século XVIII e às ferramentas para resolução de dilemas políticos e morais que herdamos do Iluminismo. Segundo a filósofa, a rejeição do Iluminismo — tanto por setores liberais como por setores conservadores da sociedade — resultaria em alternativas ideológicas que colocariam em risco a nossa experiência da modernidade. Assim, ela nos adverte de que “a defesa do Iluminismo é a defesa do mundo moderno e das suas possibilidades de transformação e autocrítica.”

Para Neiman, além dos nossos ideais de tolerância e equidade, o Iluminismo também teria criado as condições necessárias para abrigar as nossas incansáveis demandas por felicidade, racionalidade, respeito e esperança. Demandas que, para o historiador britânico Jonathan Israel, estariam relacionadas ao início de uma subversão de mitos sobre a mulher na sociedade ocidental. No primeiro volume de uma série de livros sobre a filosofia do período, Israel explica como a discussão sobre o naturalismo filosófico e a obra de Spinoza revolucionaram o modo de homens e mulheres do século XVIII passarem a lidar com questões relativas à sexualidade e ao lugar da mulher na sociedade.

A partir de então, passamos a questionar o mito de que — em virtude da sua constituição natural ou de uma sexualidade, cujas fronteiras seriam difíceis de determinar — a mulher precisaria de ser vigiada, disciplinada e protegida; não apenas do mundo e dos homens, mas de si própria. Narrativas tais como o nascimento de Pandora pelo poeta grego Hesíodo e a carta do apóstolo Paulo aos Colossenses expõem, com clareza, a posição de muitos dos antigos em relação à autonomia feminina. Para eles, a mulher não seria capaz de autodeterminação devendo, por isso mesmo, submeter-se a custódia masculina.

Entretanto, segundo Israel, durante as primeiras décadas do século XVIII, autores como Paolo Mattia Doria (1667-1746) teriam concluído que:

as mulheres são igualmente vocacionadas ao empreendimento intelectual como homens, igualmente propensas ao vício e à virtude, e com a necessidade de que a mente e o corpo sejam mantidos em um equilíbrio saudável e harmonioso.

Aqui entramos na discussão do segundo aspecto suscitado pelo artigo de Margaret Atwood e constatamos que, os questionamentos da escritora não são dissonantes dos protestos formulados por Germaine Greer, Catherine Deneuve e Catherine Millet. Em seu manifesto publicado pelo jornal francês *Le Monde*, Millet escreve

Essa febre para mandar os “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a conquistar a sua autonomia, serve na verdade, aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que os envolve, que as mulheres são seres ‘à parte’, crianças com rosto de adultos, que pedem para ser protegidas.[\[1\]](#)

Apesar de toda polêmica contra o manifesto, em momento algum Millet faz pouco do sofrimento e da exigência por justiça das vítimas de assédio e abuso sexual. Pelo contrário, o

argumento que ela apresenta é o de que a vivência da nossa autonomia impõe assumir responsabilidade pessoal pelas situações de risco das quais nós aceitamos participar.

Famosa no Brasil pelo livro de memórias sobre as suas aventuras sexuais, Catherine Millet (69) — assim como Margaret Atwood (78), Germaine Greer (78) e Catherine Deneuve (74) — faz parte de uma geração de mulheres cujo engajamento feminista foi enormemente marcado pela revolução sexual das décadas de 1960 e 1970 do século passado. Elas reconhecem que, se não fosse pela liberdade de gerar incômodo — tanto de homens como de mulheres — nenhum de nós teria embarcado em aventuras e relacionamentos cujas lembranças nos serve de compasso moral.

Desde a minha adolescência, compreendo que qualquer vivência da nossa sexualidade nos expõe a situações de risco. Já fui incomodada por homens e mulheres: cedi ou dei consentimento apenas ao incômodo que me pareceu mais aprazível. Também já sofri assédio e me senti constrangida. Em alguns casos, deixei passar em branco; em outros, reagi à agressão.

Aos 14 anos, fui assediada por um policial militar durante uma viagem de ônibus entre Recife e Olinda. Acredito que esses tenham sido um dos cinco minutos mais constrangedores da minha vida. Desci do ônibus atarantada, sem saber exatamente o porquê de um homem adulto — um policial — se achar no direito de interferir na minha vida!

Fiquei com aquilo na cabeça durante algum tempo, mas logo deixei para lá. O acontecimento, apesar de constrangedor, não deixou marcas. Outra menina poderia ter descido do ônibus aos prantos, prestado queixa na polícia, telefonado para os pais, acionado a imprensa. Ora, nenhum de nós tem a obrigação de reagir de maneira igual às situações semelhantes.

Reservo a mim, e a mais ninguém, o direito de ponderar sobre as minhas reações e aceitar os riscos intrínsecos às minhas opções, estejam elas vinculadas ou não à experiência do meu corpo e da minha sexualidade, e dessa forma exerço minha autonomia. Assim, embora ache justa a causa de movimentos como o *Me Too*, reconheço que, no fim das contas, somos todos humanos em nossas virtudes e em nossos vícios, e que em relacionamentos sexuais entre um homem e uma mulher, ou parceiros afetivos, um não será para o outro tão íntegro e perfeito quanto a estátua dada à vida por Vênus ao seu idealizador: Pigmaleão.

Juliana de Albuquerque é doutoranda em literatura e filosofia alemã pela University College Cork, Irlanda.

‘Eu também’ reforça revolução das mulheres que responsabiliza o assediador, e não mais a vítima

‘Caso Weinstein’ desencadeou o movimento #Metoo, que conseguiu unir milhares de mulheres

assedias e derrubou mitos do show bizz, tirando a carga da vítima

[\(El País, 24/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Poderia ter caído no esquecimento. Não seria a primeira vez. Mulheres que denunciam publicamente o assédio sexual praticado por um homem poderoso, que mal sai arranhado. Mas não aconteceu isso. No início de outubro correram como um rastilho as manchetes informando que o gigante de Hollywood Harvey Weinstein havia sido demitido de sua empresa depois da publicação, pela revista *The New Yorker* e pelo jornal *The New York Times*, de uma pilha de acusações de casos de assédio sexual supostamente cometidos ao longo de décadas e silenciados graças ao talão de cheques. Sexo, poder, dinheiro. Mas o que começou como a história de sempre pode ter se tornado o pavio que incendeia a história. Em maiúsculas.

O estrondo provocado pelos testemunhos de artistas famosas contra [Harvey Weinstein](#) —Ashley Judd, Mira Sorvino, Angelina Jolie e Gwyneth Paltrow— desencadeou um enorme terremoto nos Estados Unidos, sentido em todo o Ocidente e que foi derrubando, em cascata, um rosário de homens poderosos, semideuses em seus respectivos domínios. Um sismo que animou centenas de milhares de mulheres anônimas que, sob o grito *Me too* (eu também) e sentindo que não estão sozinhas, romperam o silêncio e começaram a compartilhar seus próprios casos de abuso. O fenômeno acendeu um poderoso movimento contra esta chaga que não somente conseguiu que a sociedade começasse a considerar esta prática violentamente machista como algo intolerável como também pode agir como catalisador para lutar e expor a raiz do problema: a discriminação de metade da sociedade.

“Esse movimento conseguiu que a sociedade, pelo menos na esfera pública, jogue a carga da responsabilidade sobre o assediador, e não sobre as mulheres. Deu a elas credibilidade e estabeleceu que desde a violência de baixa intensidade, com comentários inoportunos, até o [assédio sexual](#) mais inoportuno é responsabilidade de quem agride”, destaca a professora Laura Nuño, titular da cadeira de gênero da Universidade Rey Juan Carlos, na Espanha. Uma mudança de discurso que dificilmente recuará, afirma. Porque algo que é classificado como injusto não pode mais ser visto publicamente como tolerável.

Por que agora, por que essas denúncias e não as de dois, cinco ou dez anos atrás, como as feitas contra [Bill Cosby](#) ou o escândalo do consagrado apresentador da Fox Bill O’Reilly? É inevitável fazer a pergunta. A resposta deve ser buscada na expansão dos movimentos feministas, no caldo de cultura que vinha sendo cozido desde havia pelo menos um ano: a força e a resistência do movimento “Nem uma a menos” na América Latina; a inédita Marcha das Mulheres de janeiro, em Washington, contra a agenda ultraconservadora do presidente Donald Trump, governante também acusado de assédio; as greves de mulheres em março no mundo todo; as múltiplas manifestações contra a violência machista. O movimento *Eu Também* é a notícia internacional do ano para este jornal, e 2017 foi, dizem o ano das mulheres.

Não por acaso feminismo foi considerada a palavra do ano pelo dicionário norte-americano Merriam-Webster, que revelou que em 2017 as buscas pelo termo aumentaram mais de 70% em relação ao ano anterior. Nunca antes tantas mulheres —e também homens— de diferentes esferas haviam se definido publicamente como feministas, palavra maldita durante anos (e que ainda incomoda muitas).

Há um legítimo debate sobre se tudo isso tem algo de revolução ou de modismo. Se é uma

mudança sociológica ou uma erupção passageira. Será preciso esperar alguns anos para saber. Embora parte dessa metamorfose tão aguardada já tenha chegado.

Mudança palpável

O fenômeno *Eu Também* já foi notado nas urnas. No Estado norte-americano do Alabama, um bastião conservador do país, o extremista candidato republicano ao Senado Roy Moore afundou nas eleições de alguns dias atrás, sob o peso de seu radicalismo e também pelas acusações de abusos contra adolescentes três décadas antes, quando tinha seus trinta anos. Há mais de um ano outras acusações de agressão e abuso não impediram a vitória de Trump na eleição presidencial. Nem mesmo uma gravação de 2005 em que ele afirmava que quando se é um “astro” as mulheres deixam fazer “qualquer coisa”, como agarrá-las “pela boceta” abalou o candidato.

Emily’s List, uma organização dos EUA que há mais de três décadas promove a participação da mulher na política, não acredita nos números de 2017. “Desde a eleição presidencial [8 de novembro de 2016] umas 25.000 mulheres vieram a nós interessadas em concorrer a algum cargo eletivo. Para pôr esse número em contexto: em 2016 inteiro só vieram 920”, explica a presidenta da entidade, Stephanie Schriock. “Estamos vendo um momento sem precedentes de ativismo político entre mulheres, como não havíamos visto em nossos 32 anos de existência”, afirma. Algumas já chegaram a seus postos: das 65 candidatas que a instituição apoiou em 2017, venceram 43. E elas partem de um patamar muito baixo: no Congresso, por exemplo, as mulheres não chegam a 20%.

O vendaval chegou também a outros países. Na Suécia, o ouvidor da Igualdade pôs sob escrutínio as práticas de quarentena nas grandes empresas, e a lei será endurecida para especificar que toda relação que não tenha o consentimento expresso é abuso sexual. O “não é não” não é suficiente, afirmou o primeiro-ministro Stefan Löfven, “somente o sim quer dizer sim”. Na França, [onde está em preparação uma lei contra o assédio nas ruas](#), o presidente Emmanuel Macron estabeleceu a igualdade entre mulheres e homens como a “grande causa” de seu mandato, numa sociedade, disse, “doente de sexismo”.

Todas as revoluções sociais avançam aos trancos: dando dois passos de uma vez e recuando um. Até que se cristalizem. Mas o que o movimento *Me too* deixou claro é que serviu como catarse. Pesos-pesados do mundo do cinema e da televisão caíram em desgraça, políticos notáveis abandonaram seus cargos, denunciados por seus próprios partidos. E o que não é menos importante: alguns homens se lançaram a lamentar e admitir abertamente que não tenham levado suficientemente a sério o abuso contra as mulheres.

Em novembro, o ator Alec Baldwin entoou um duro mea-culpa. “Tratei as mulheres de maneira muito sexista”, disse o intérprete de 59 anos. E continuou, sem meias-tintas: “Intimidei as mulheres. Passei por cima delas. Subestimei-as. Não como norma, mas de vez em quando fiz o que muitos homens fazem, que é... quando não trata as mulheres da mesma forma que trata os homens. Sou de uma geração que realmente não trata, e gostaria de mudar isso”.

Na hora de avaliar se a sociedade está realmente vivendo uma mudança de mentalidade, um reconhecimento com tal franqueza se torna uma pista muito mais confiável que as demissões fulminantes feitas por empresas. Porque essas, em muitos casos, estavam plenamente conscientes do assédio e dos maus-tratos sistemáticos de seus astros contra suas subordinadas e agiram somente quando temeram o dano a sua reputação.

O tratamento abusivo de Harvey Weinstein era sabido por boa parte de [Hollywood](#), como demonstram os vários testemunhos. Outro ilustre repudiado é o veterano jornalista televisivo Charlie Rose, de 75 anos, que as redes CBS e PBS despediram há um mês, depois que oito mulheres o acusaram de assédio sexual. Uma das que o denunciaram tinha 21 anos quando aconteceram os fatos (ele se despiu na frente dela e lhe falava de fantasias sexuais) e na época informou sua produtora, que não deu importância ao assunto: “É Charlie agindo como Charlie”, disse-lhe. Agora essa produtora afirma que se arrepende.

É um exemplo de que o assédio persistente só é possível sob uma cultura que o ampara e o relativiza. Alyssa Milano —a atriz que disparou o movimento *Me too* nas redes sociais— aludiu a algo semelhante em sua resposta a Matt Damon. O ator pediu há alguns dias que se diferencie “entre passar a mão na bunda de alguém e um estupro, ou abusar de uma criança”. Tudo, disse ele, deveria ser erradicado, mas, ao mesmo tempo, sem “misturar”. E completou: “Vivemos nesta cultura do escândalo, que temos que corrigir para poder dizer: ‘Espere um momento. Nenhum de nós é perfeito’”. “Não estamos indignadas porque alguém tocou em nossa bunda numa foto. Estamos escandalizadas porque nos fizeram sentir que isso fosse era normal. Há diferentes estágios num câncer. Alguns são mais tratáveis que outros. Continua a ser um câncer”, respondeu Milano.

Moda ou não, uma nova geração de mulheres inconformistas esporeou o movimento compartilhado com as adultas, cada vez mais conscientes da desigualdade, mas também do poder do ativismo. Mas os processos de transformação do feminismo, como indica a especialista em temas de gênero Mónica Roa, são extremamente lentos porque é preciso mudar grandes estruturas e dinâmicas muito profundas. “Além disso, cada vitória se torna mais difícil, porque gera a pergunta ‘mas o que mais querem?’”, explica Roa.

O campo de batalha é infinito. A cada dez minutos um homem assassina uma mulher que foi ou é seu par, segundo a ONU. Uma em cada 14 mulheres sofreu algum tipo de abuso sexual, como revela a Organização Mundial da Saúde (OMS). Na Europa elas ganham, em média, 16,3% menos por hora trabalhada que os homens; nos Estados Unidos, porcentagem semelhante. No Brasil, o salário das mulheres é em média 84% do dos homens. Mulheres são somente 20% dos altos executivos nos países do G7. Nas principais empresas da Bolsa europeia, 74,7% dos presidentes, membros do conselho e representantes dos trabalhadores são homens. Na América Latina e no Caribe, a taxa de participação laboral feminina está há anos parada em 53%. E vai assim, infinitamente.

“O movimento *Eu Também* desencadeou uma verdadeira tempestade, que ainda não parou e deve ser aproveitada”, ressalta Virginija Langbakk, diretora do Instituto Europeu de Igualdade de Gênero (EIGE). Ela acha que o fenômeno provocará maior consciência das empresas, dos Governos e das forças de segurança sobre o assédio e o abuso sexual. Foi a história do ano. Falta que seja o ano em que a história mudará.